

Negros e negras no ensino superior: singularidade para a permanência

Ana Luiza dos Santos Julio

Psicóloga, Mestre em Educação - UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos),
Doutoranda em Psicologia - PUCRS, Bolsista CAPES
Professora de Psicologia do Centro Metodista de Educação do Sul do Brasil - IPA.
E-mail: a-julio@hotmail.com

Marlene Neves Strey

Psicóloga Social, Doutora em Psicologia Social pela Universidad Autónoma de Madrid,
Professora Titular da PUCRS, Pesquisadora CNPq
Pontifícia Universidade Católica do RGS
E-mail: streymn@puhrs.br

RESUMO: Este artigo é fruto de um estudo piloto a cerca da questão da inclusão de 280 estudantes negros e negras, no ensino superior privado no sul do Brasil, buscando um entendimento do que se faz necessário para que a permanência na graduação e sua conclusão se dêem, e como a diferença de gênero contribui na discriminação racial; além das diferentes reações entre homens e mulheres. Utilizamos a análise de entrevistas com histórias de vida como um possível indicativo do chamado sucesso acadêmico e sua vinculação com o pertencimento racial.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior; Inclusão racial; gênero.

ABSTRACT: This paper is about a pilot study over the experience of 280 black students in undergraduate courses in a College situated in the south of Brazil. They are from a Program that aims to propitiate social inclusion through superior education. In this work we seek to understand the gender and social categories that contribute both to racial discrimination and/or social integration by means of life's history, using discourse analyze. Results show the need of be close to this students during the entire process to help to sustain their paths and permanence until they be succeed in their goals.

KEYWORDS: undergraduate courses: racial inclusion; gender.

1 – Introdução

Em pleno século XXI ainda existem dúvidas sobre quem obtém mais acesso ao ensino superior no Brasil e sobre quem consegue concluir esse nível de formação acadêmica. Uma breve incursão nos dados publicados pelo IPEA(2008) pode sanar essas dúvidas, mostrando que são as pessoas ditas brancas as que conseguem passar por todos os níveis educacionais com maior facilidade e sucesso. As pessoas negras são aquelas que menos possibilidades têm de conseguir fazer o mesmo percurso em toda a sua extensão; não apenas na escola, mas na sociedade como um todo.

A fim de transformar essa realidade e de buscar o caminho da equidade racial é que surgiram, a partir do ano 2002, as políticas públicas de Ação Afirmativa, como resposta imediata à III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata, realizada em Durban, África do Sul (2001). Essas políticas se aplicam, entre outros âmbitos, à questão da educação no ensino superior, como medida de equidade social entre a população negra e a população branca no Brasil. Nesse processo, estão implicados a formalização acadêmica propriamente dita, como a questão das vagas, a frequência e o desempenho do (a) estudante, assim como outros aspectos, não diretamente relacionados ao fator acadêmico, mas que estão na base daquilo que significa transformar-se em um sujeito acadêmico.

Para aquelas pessoas que estão familiarizadas com o meio acadêmico, como é mais fácil de acontecer com as não-negras, quando ter um filho ou uma filha na universidade não é propriamente uma novidade, isso tem um valor individual, na medida em que chegou a vez daquela pessoa ingressar na Academia. Para as comunidades em que muito raramente uma família conta com um (a) estudante universitário(a), o fato de ingressar em um curso superior pode ser considerado como algo de repercussão social sem precedência, tendo em vista que poderá propiciar alterações no meio social em que essa pessoa circula.

Na III Conferência de Durban, 2001, anteriormente citado, o Brasil pode reconhecer-se e assumir-se como um país racista, tendo se comprometido, na pessoa do Presidente da República daquela época, Fernando Henrique Cardoso, a combater esse racismo e a discriminação dele decorrente. A partir desse ato internacional assegurado pela presidência da república, é que passaram a ser viabilizadas políticas públicas de

ação afirmativa como o caminho viável de reconhecimento e busca de reparação social para com a comunidade negra por meio da educação formal em todos os níveis, muito especialmente em nível superior.

Conforme Munanga (2004) aponta, se não fossem as ações afirmativas, para alcançar-se a equidade racial, ou, pelo menos, uma aproximação sócio-econômica-educacional entre negros (as) e brancos (as), seria necessário cerca de 50 anos de estudos da população negra, sem que a população branca estudasse. Como isso não é obviamente possível, a superação das lacunas pode dar-se por meio de ações afirmativas, entre as quais as cotas nas universidades públicas e as bolsas de estudos nas privadas.

Neste texto apresentamos a experiência desenvolvida em uma IES (Instituição de ensino superior), situada no sul do Brasil que se propôs, em 2004, antecedendo-se inclusive a algumas IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), a assumir algumas modalidades de bolsas de estudo. Neste estudo, trabalharemos com apenas uma delas, qual seja, a que propicia o ingresso de negros e negras no ensino superior privado. Ainda que tenha despontado, inicialmente, como um imenso potencial de Ação Afirmativa, e que já apresentasse, até 2008, um bom número de estudantes negros e negras que concluíram curso superior, aqui nos propomos a avaliar o processo que ali se instituiu, temporariamente, mas que não foi completamente instituído. Com isto queremos dizer que, como já foi apontado por Munanga (2004), Brito (2004) e Gomes (2004), e com o que nossa experiência corrobora, não basta que as políticas públicas propiciem o acesso, pela garantia de cotas e vagas no ensino superior. É necessário que estas sejam acompanhadas de estudos e de ações que promovam medidas que contribuam com a permanência desses (as) estudantes no ensino superior, assim como também enfoquem os aspectos do sucesso destes estudantes, não apenas na Academia propriamente dita, como também nos primeiros anos de sua vida profissional. Além da questão do acesso ao ensino superior de pessoas negras, este estudo enfoca também as diferenças/semelhanças que ocorrem entre os homens negros e as mulheres negras, pior estarmos atentas às questões de gênero que subjazem a esse fenômeno.

2- Aspectos metodológicos:

O estudo piloto que apresentamos aqui acompanha a trajetória de 280 estudantes negros (as) no Programa de Bolsas de Estudos de um Centro Universitário de Porto Alegre (RS), que, ao passarem no Exame Vestibular, obtiveram uma Bolsa CECUNE (ONG- Centro Ecumênico de Cultura Negra) Para tal, são analisadas as histórias de vida coletadas em uma das oficinas realizadas sobre identidade racial, buscando saber como vinculavam-se à sua formação, como era seu caminho acadêmico em busca do sucesso profissional.

Nesse Centro Universitário existem 29 cursos (Bacharelados e Licenciaturas). Os (as) bolsistas Cecune não se distribuem em todos os cursos, encontrando-se, em sua maioria, nos cursos de bacharelado em direito, bacharelado em administração, bacharelado em jornalismo, bacharelado em farmácia, engenharia, serviço social e fisioterapia, assim como em algumas licenciaturas tais como pedagogia, filosofia , biologia e música.

Nessa oficina a identidade racial foi apontada como fator preponderante na construção de sua vida acadêmica, assim como para a posterior vida profissional, uma vez que este é o viés que lhes possibilitou entrar na vida acadêmica: a bolsa é definida pelo seu pertencimento racial. Portanto, é o seu corpo negro que os (as) torna universitários (as). Para complementar as informações, fez-se uma entrevista com cada estudante representante de curso. Entretanto, inicialmente alcançamos 57 estudantes. Desses (as), nem todos (as) se propuseram a responder nossas questões e, dentre os (as) que se propuseram, efetivamente, 14 compareceram à entrevista. Esse dado nos forneceu algumas pistas sobre sua caminhada acadêmica. Primeiro: detectamos inicialmente problemas de comunicação, posto que muitos (as) mudaram seu contato, e não comunicaram à ONG à qual deveriam estar conectados (as). Segundo: ficamos sabendo, através daqueles estudantes que conseguimos contatar, que muitos de seus colegas bolsistas haviam perdido a bolsa de estudo e que, terceiro: a IES, além de não repassar para a ONG as informações que estavam sendo solicitadas (inclusive para fins desta pesquisa), impedindo que o apoio fosse propiciado ao grupo de estudantes, não se responsabilizou por eles (as), largando-os (as) à própria sorte. Ora, considera-se um ato

de ousadia que esses (as) estudantes, advindos dos bairros periféricos de Porto Alegre, de famílias em que em geral são o primeiro membro da família a obter (ou estar próximo de) uma formação de nível superior, estejam dentro do sistema acadêmico. Portanto, para eles (as) mobilizar-se num ambiente universitário é percorrer novos caminhos, nem sempre fáceis.

Em uma das Oficinas de Reconstrução de Identidade e de Pertencimento Racial foi solicitado aos (as) estudantes que fizessem uma entrevista com história de vida de um (a) familiar que lhes fosse significativo (a), na faixa etária maior de 60 anos, incluindo aí os percalços e os sucessos pelos quais essa pessoa tenha passado; se ocorreram atos de discriminação racial, e enfim, quais os dados significativos que a fizeram ser a pessoa de referência desse (a) estudante. A idade provável desse (a) familiar nos remete aproximadamente a uma vida jovem adulta vivida nos anos 1960, período em que o racismo e a discriminação racial eram notoriamente freqüentes e explícitos na sociedade brasileira.

O material obtido não foi muito simples de ser avaliado: os “heróis” e as “heroínas” não são pessoas de evidente destaque social, ou que já tenham passado por trajetórias acadêmicas ou sociais que lhes pudessem servir de “exemplo”, num simples raciocínio de “caminho a seguir”. Estes heróis/heroínas são pessoas vencedoras sim, mas vencedoras de outra luta, que talvez possa ser traduzida como uma luta pela dignidade de ser, posto que vivenciaram relações sociais de franca discriminação racial. Então, pergunta-se: como se pode ter como herói alguém que tem como marca registrada na pele e na alma, uma história de discriminação? Não seria mais “fácil” ou simples, esquecer ou ainda quem sabe, negar tais episódios? Por que logo quando esse sujeito acede à Academia, vencendo uma série de barreiras que o (a) mantiveram afastado (a) justamente da academia, porque, logo nesse tempo, resolve-se *remoer* este passado em busca de dores? De sofrimento? O que se busca com isso afinal?

Brito (2004) e Munanga (2004), apontam para a questão das Ações Afirmativas como condições de acesso e permanência do ensino superior. Julio (2005) refere à discrepância de gênero na educação formal dos negros (as), e Bento (2002) aponta que essas questões se dão em função de uma política de branqueamento no Brasil. Como vivemos em um país, e em um Estado, que nega veementemente ser racista (e não se pode esquecer que racismo é crime), é possível que alguns (as) negros (as) não tenham o assim chamado caminho de consciência política, e nem mesmo reconheçam seu pertencimento racial.

A educação formal brasileira, não reconhecia, antes da Lei 10.639 que preconiza o estudo dos valores africanos na composição e formação no povo brasileiro, que homens e mulheres negros (as) tivessem atributos diferentes, e que precisavam ser valorizados naquilo que são. Até então, a educação brasileira tinha lidado, no mínimo, de forma displicente, segundo nosso entendimento, com a questão racial, quando não, de maneira discriminatória, posto não valorizar a contribuição negra, na cultura e na vida social brasileira. Ora, se a educação não “ensina” os “valores”, quem o fará? Não fossem as oficinas realizadas pelo Cecune, alguns (as) desses (as) estudantes possivelmente não teriam a oportunidade de avaliar suas condições de vida, a partir do pertencimento racial. Há que considerar o quanto esses (as) estudantes rompem com categorias pré-dadas, isto é, com uma cultura social e educacional que restringe certos saberes a determinadas parcelas racializadas da população. A intelectualização historicamente provém dos cânones europeus, enquanto que a servidão advém nos preceitos de discriminação racial, da África. Assim, quando esses (as) estudantes fazem essa escolha profissional, estão fazendo (consciente ou inconscientemente) um recorte na história, na geografia, na educação, nas artes plásticas e, fundamentalmente, na sociedade Rio-Grandense, que passará, a médio tempo, a ter de abrigar profissionais que são diferentes, não apenas em sua pele, mas em tudo aquilo que os (as) constitui enquanto sujeitos. Estamos diante de uma caminhada de conscientização de pertencimento racial. Essa conscientização permite aos negros (as) visualizarem melhor as suas possibilidades em uma sociedade como a gaúcha, que prima e, inclusive, sente orgulho de certos valores hegemônicos e tradicionais, como, por exemplo, ser branco, homem e rico. Pensar-se negro (a), é um ato político. Sentir-se negro (a), é um ato existencial. Lutar e transformar seu fazer, em política de reconhecimento e pertencimento racial, é um ato revolucionário, político, ideológico, e, sobretudo, um ato de empoderamento racial que apenas cada um (a), em sua dimensão e subjetividade, é capaz de alcançar, em prol de toda a coletividade, branca e negra.

Ainda, segundo Pereira (2003) e Telles (2002), algumas políticas públicas de Ação Afirmativa traduzem-se fundamentalmente pelo necessário acesso de estudantes negros (as) não apenas no ensino superior da graduação, como em todos os níveis de escolarização, desde o ensino fundamental até a cursos de pós-graduação, dada a necessidade da presença de negros (as) em todos os lugares que compõem a sociedade organizada. Para isso, seria necessário o reconhecimento da existência de heróis/heroínas que, de alguma forma traduzem a noção de resistência racial para que fosse possível estar aonde chegaram. Ainda assim, sabe-se que para que a permanência se

dê, de fato, outras mobilizações são necessárias. Dentre elas, que possa haver pólos identificatórios dentro dos próprios espaços acadêmicos, mesmo porque, já há um cabedal de graduados e de pós-graduados negros e negras no Brasil. Neste sentido, outras Ações Afirmativas que garantam o acesso ao mercado de trabalho assim como também à própria academia, se fazem necessárias. Por isso afirma-se que o acesso já tem sido protagonizado, ainda que com muitos movimentos contrários, que negam sua importância para a comunidade negra em específico e para a comunidade humana, como um todo. Contudo, para além desse acesso, para além desta abertura desse campo universitário, é necessário que ações afirmativas garantam a permanência, isto é, um modo de continuar no meio acadêmico e ultrapassar todas as suas exigências. Esse é um segundo ponto que não deve ser negligenciado, porque é justamente aí que se situa grande parte das dificuldades destes (as) estudantes. É importante frisar que o critério de entrada estes (as) estudantes na Universidade foi pela aprovação no Vestibular, tal qual qualquer estudante pagante, e que, diferente das cotas das Universidades Públicas, esse (a) aluno (a) só se diferencia dos (as) demais ingressantes porque não possui recursos financeiros para custear seus estudos. Ou seja, não há um percentual de vagas reservadas. Há sim, recursos financeiros que garantem o pagamento das mensalidades da IES.

3- Resultados

A necessidade de permanência no ensino superior para estudantes negros (as) detentores de poucos recursos financeiros, além de outras dificuldades concretas que se colocam no caminho destes graduandos, faz com que tenhamos outro cuidado com este alunado. Verificou-se que os caminhos de seu processo identificatório na construção de sua vida acadêmica, o tornam um estudante diferenciado. Contudo, tal diferença não se constitui apenas pela precariedade material, mas é por ela incrementada. As diferenças e as dificuldades para esses (as) estudantes tem se dado pela via das discriminações raciais, assim como pelos preconceitos de gênero que se impõe também à mulher negra universitária.

Assim, a noção de pertencimento racial apareceu como um fator que contribui para que esses (as) estudantes possam suportar melhor as discriminações pelas quais passam, ao mesmo tempo em que lhes fortalece. Uma vez que percebem que as

discriminações são para a sua raça e não para a sua pessoa, diretamente, podem lidar de forma diferente com esta realidade.

Sendo a discriminação e o preconceito racial uma atitude política e social, é nesta ordem que deve ser combatida. Nesse sentido, as oficinas de reconstrução racial serviram de suporte para que alguns desses (as) estudantes pudessem, dessa forma, lidar com esses fatos.

Passar pelas oficinas de reconstrução de identidade racial, teve o objetivo de fazer com que esses (as) estudantes pudessem reavaliar quem são, e iniciarem sua caminhada profissional. Este objetivo foi parcialmente atingido, uma vez que um número razoavelmente grande desses (as) estudantes já concluíram sua formação (cerce de 80). Contudo, pudemos perceber, que o ato de reavaliação é um processo contínuo. É algo aprendido, como prática de vida: saber-se quem se é e onde se está.

Um dos questionamentos a esses (as) estudantes é se percebem diferenças em suas experiências de vida de acordo com o seu gênero, isto é, se ocorrem discriminações em função de serem homens ou mulheres. Em geral os homens responderam não perceberem diferenças alguma. Dois desses estudantes homens, entretanto, referiram perceberem que sim, que ocorrem discriminações raciais para com eles, mas que notam que estas são mais incisivas para com as mulheres, tanto no mercado do trabalho quanto na sociedade como um todo: “O mercado, referem, não costuma contratar as mulheres negras para funções mais qualificadas, mesmo quando estão preparadas. Na seleção curricular, sem foto, passam. Quando chega o momento das entrevistas, em geral as mulheres negras não passam, mesmo quando, supostamente todo o processo de seleção esteja transcorrendo de forma explícita” (depoimento de um estudante).

As estudantes bolsistas corroboram, afirmando sentirem-se discriminadas em alguns desses processos de seleção. Uma delas refere um escritório de advocacia em que todo o processo foi ótimo, tendo passado inclusive pelas entrevistas coletivas, mas que tinha “esbarrado” na entrevista com o diretor do escritório, que, explicitamente, demonstrou-se *surpreso* diante da estudante. Ela refere que foi mandada aguardar em casa, e que não fizeram mais contato. Sem dúvidas, este foi um depoimento bastante dolorido. Entretanto, a própria estudante refere ter consciência sobre o que aconteceu, de fato, em função de ter participado das oficinas de reconstrução racial. Muito provavelmente não fossem essas oficinas, ela teria atribuído a recusa do escritório para com ela, a uma outra razão, provavelmente de ordem pessoal, o que lhe causaria sérios problema em sua auto-estima, como é próprio de ocorrer em pessoas que não percebem

a dimensão social da discriminação racial, que vai enfraquecendo psiquicamente o sujeito. Vão ceifando, gradualmente, suas condições de existência, primeiro material, pelos inaccessos a trabalhos melhor remunerados; depois social, impedindo-lhes, sutilmente, a mobilidade social, e por fim, a pessoa se sente psiquicamente incapacitada.

Essas mulheres tendem a permanecer em serviços domésticos, mesmo quando já possuem qualificação para outros afazeres. Assim, não apenas seus rendimentos permanecem limitados, como o próprio tempo a ser dedicado à formação profissional torna-se escasso. Portanto, há aí dupla discriminação: racial e de gênero, revestida de outras carapaças e que, perversamente, se voltam à própria mulher, responsabilizando-a por suas impossibilidades. Dessa forma, para essa mulher negra, frequentar a universidade e buscar recursos financeiros e outras questões exigidas para sua formação, tem se mostrado bastante limitante. Por isso afirma-se veementemente que a mulher negra, carente economicamente e que luta pela sua formação universitária, é, ousadamente, uma guerreira diante da qual, todos nós deveríamos reverência.

Em outras entrevistas questionou-se a importância das oficinas. Todos (as) os (as) entrevistados (as) reconheceram que poder dispor de um dia, mensal ou bimensalmente, para poder estar entre seus (as) iguais, estudando e buscando entender aspectos de seu cotidiano que são socialmente construídos, é essencial para sua formação pessoal e profissional. Todos (as) os (as) entrevistados (as) reconheceram também que os temas trabalhados nas oficinas nunca foram trabalhados em sala de aula, na academia propriamente dita e que esses temas tornaram-se fundamentais para sua integridade profissional. Alguns (as) referiram, ainda, que muitos (as) estudantes perderam-se na sua caminhada acadêmica, justamente porque, sem o apoio e a referência da ONG, não souberam a quem e como recorrer quando das dificuldades.

4- Considerações finais:

As políticas de inclusão racial e de gênero precisam estar bem amarradas nas instituições, para que se possa assegurar o pleno desenvolvimento de tais ações. Não tem sido este o caso, no qual, diante da ocorrência de movimentos de resistência contrários a essa Ação Afirmativa, a IES percebeu-se fragilizada em dar conta. Como consequência, a ONG que protagonizava as oficinas de continuidade ao processo. Resultado disso que os (as) estudantes deixaram de ser acompanhados (as) nesta

caminhada e muitos (as) deles (as) se perderam academicamente, por assim dizer, porque não souberam e não sabem mobilizar-se dentro da Instituição.

Sabemos que 115 estudantes permanecem na IES. Somados aos 80 prováveis formados, localizamos aproximadamente 195 estudantes. 85, portanto, é o provável número aproximado de desistentes. Tem notícias, através das entrevistas com aqueles (as) estudantes que foram localizados (as), e que muitos daqueles estudantes que perderam a bolsa, não souberam a quem recorrer ou como agir dentro da IES, ou seja, por inabilidade em mobilizar-se academicamente, seja no cumprimento das demandas acadêmicas propriamente ditas, e incluindo aí toda a sorte de tarefas acadêmicas, seja em articular-se socialmente no âmbito acadêmico, isto é, saber com quem falar, como falar, quando, etc.

Conclui-se, portanto, que de fato, a permanência desse corpo estudantil no ensino superior é o foco principal a ser trabalhado, porque há uma fragilidade em suas relações acadêmicas, diante das quais esses (as) estudantes (as), em sua maioria, não têm conseguido articular-se bem nesse ambiente diferenciado. Confirma-se assim, a necessidade de oficinas de reconstrução racial, para que esses (as) estudantes possam melhor beneficiar-se das bolsas de estudo que lhes foram propiciadas.

Não há outra via, em nosso entender, que propicie essas condições para que a inclusão social, via políticas públicas na educação, seja real e possa concretizar o ideário de equidade racial entre homens e mulheres, negros e brancos e aqueles todos outros a quem esta temática possa ser de interesse.

REFERÊNCIAS:

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. - In: Carone, Iray e Bento, Maria Aparecida Silva(orgs.Psicologia Social do Racismo – Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.). Vozes, Petrópolis, 2002

BRITO, Elenice. Ações Afirmativas: um bom caminho à percorrer. - In: Afirmando Direitos Acesso e permanência de jovens negros na universidade . Gomes, Nilma e Martins, Aracy(orgs) Belo Horizonte: Autêntica,2004.

DURBAN Relatório da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Relacionadas (inclui a Declaração e o Plano de Ação) [http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/\(Symbol\)/A.Conf.189.12.Sp?Opendocument](http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/A.Conf.189.12.Sp?Opendocument) , 2001.

IPEA Retrato das desigualdades do gênero e raça. 3ª Edição, 2008. (www.ipea.gov.br/005/00502001)

JULIO, Ana Luiza dos Santos A educação das relações violentas e sua naturalização: um estudo sobre a experiência de mulheres negras na vila cruzeiro em Porto Alegre. (Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS). Disponível no site: www.metodistasul.edu.br/catedradegenero/publicações

MARTINS, Aracy A.(org.) Afirmando Direitos – Acesso e permanência de jovens negros na universidade. Autêntica Editora, São Paulo, São Paulo, 2004 Coleção Cultura Negra e identidades, Série PPCor.

MUNANGA, Kabengele, Um ponto de vista em defesa de cotas IN: Gomes, Nilma L.e Martis, Aracy (org) Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra no Brasil – Auêntica Editora, São Paulo, 2004.

PEREIRA, Amauri “Um raio em céu azul” Reflexão sobre a política de cotas e identidade nacional brasileira. Estudos Afro Asiáticos. nº 3, 2003, pp. 463-482

TELLES, E. Política Contra o Racismo e Opinião Pública. Comparação entre o Brasil e Estados Unidos. Opinião Publica, Campinas, vol.VIII,nº 1, 2002, pp. 30- 39